



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i2.1259>



Tornar-se um familiar de desaparecido e um militante de direitos humanos: testemunhos sobre o acionar de *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas* durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) no Arquivo Oral do Memoria Abierta

Marcos Tolentino*

ORCID iD 0000-0002-0977-397X

Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História, Campinas, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o acionar durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) de um organismo de direitos humanos formado em setembro de 1976 por familiares de desaparecidos e de presos políticos em Buenos Aires: *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*. Para tanto, analisaremos um conjunto de entrevistas com militantes deste organismo produzidas e disponibilizadas para a consulta pública pelo Arquivo Oral da instituição argentina *Memoria Abierta*. A nossa proposta é, por meio da análise destas entrevistas, refletir sobre as contribuições da História Oral para o estudo das formas de militância pelos direitos humanos durante a última ditadura argentina, particularmente para a análise das trajetórias de militância e os processos subjetivos de pais e mães de desaparecidos que se tornaram militantes de um organismo de direitos humanos. Além disso, discutiremos de que maneira o contexto de produção dos testemunhos em questão permite aos investigadores que consultam o *Arquivo Oral do Memoria Abierta* questionar em seu conteúdo a expressão subjetiva e o agenciamento individual das pessoas entrevistadas.

Palavras-chave: História Oral. Arquivo. *Memoria Abierta*. Militância. Direitos humanos.

Becoming a family member of a disappeared person and a human rights activist: testimonies about the trajectory of *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas* during

* Mestre e doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com orientação do Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto. E-mail: marcosoat@hotmail.com.

the last Argentine civil-military dictatorship (1976-1983) in Memoria Abierta Oral Archive

Abstract: The aim of this article is to analyze the trajectory of a human rights organization formed in September 1976 by relatives of disappeared persons and political prisoners in Buenos Aires during the last Argentine civil-military dictatorship (1976-1983): *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*. Therefore, it analyzes a set of interviews with activists of this organization produced and made available for public consultation by the Oral Archive of the Argentinean institution *Memoria Abierta*. Through the analysis of these interviews, our proposal is to reflect on the contributions of Oral History to the study of forms of militancy for human rights during the last Argentine dictatorship, particularly to analyze the trajectories of militancy and the subjective processes of parents and mothers of disappeared people who became activists of a human rights organization. In addition, the article discusses how the context of production of these testimonies allow researchers who consult the *Memoria Abierta* Oral Archive to question in its content the subjective expression and individual agency of the people interviewed.

Keywords: Oral History. Archive. *Memoria Abierta*. Militancy. Human rights.

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições da História Oral para o estudo das formas de militância pelos direitos humanos desenvolvidas durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983), particularmente para a análise das trajetórias pessoais e os processos subjetivos de pais e mães de desaparecidos que se tornaram militantes de um organismo de direitos humanos. Para tanto, nos centraremos em um conjunto de testemunhos sobre o acionar *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*, formado em Buenos Aires, em setembro de 1976, por familiares de desaparecidos e de presos políticos.¹ Estes testemunhos foram produzidos e disponibilizados para a consulta pública pelo Arquivo Oral da instituição argentina *Memoria Abierta*.² Sua escolha se baseou no argumento de que as condições de produção destes testemunhos permitem-nos questionar em seu conteúdo a expressão subjetiva e o agenciamento individual das pessoas entrevistadas.

A constituição do Arquivo Oral do *Memoria Abierta* se deu no final do ano 2000, com um convite a Dora Schwarzstein, professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e nome fundamental para a ampliação dos estudos históricos sobre fontes orais na Argentina, que seria responsável por formar uma equipe de especialistas em História

¹ Ao longo do texto, utilizaremos a abreviação *Familiares* para fazer referência a este organismo e para distingui-lo dos familiares de desaparecidos em geral. Além disso, o texto está centrado na atuação de *Familiares* em Buenos Aires, pois durante a ditadura houve o surgimento de comissões de familiares em outras localidades do país, algumas delas vinculadas de distintas formas ao organismo formado na Capital Federal.

² Criado no ano 2000, o *Memoria Abierta* é uma aliança entre organismos de direitos humanos que promove a memória coletiva sobre as violações dos direitos humanos durante a última ditadura civil-militar (1976-1983), as ações de resistência e as lutas por verdade e justiça durante o período democrático. Hoje, é composta por nove organismos: *Familiares*; *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* (APDH); *Asociación Civil Buena Memoria*; *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS); *Comisión de Homenaje de las Víctimas de Vesubio y Puente 12*; *Comisión por la Memoria, Verdad y Justicia de Zona Norte*; *Fundación Memoria Histórica y Social Argentina*; *Madres de Plaza de Mayo - Línea Fundadora*; e *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ).

Oral para trabalhar junto à instituição. Essa equipe elaborou o formato das entrevistas, os primeiros questionários utilizados nelas, as fichas técnicas e o modelo para as sínteses de cada testemunho produzido (Carnovale; Lorenz; Pittaluga, 2006), modelo hoje reconhecido e utilizado internacionalmente na constituição de outros arquivos da categoria (Bacci; Oberti; Skura, 2012).

A constituição do Arquivo Oral teve como objetivo produzir testemunhos em formato audiovisual referentes ao “terrorismo de Estado” na Argentina;³ à vida social, política e cultural a partir da década de 1960; às diferentes ações impulsionadas pelos organismos de direitos humanos na busca por verdade e justiça; e ao surgimento de novos movimentos sociais a partir da transição democrática. A iniciativa dialoga com os motivos que impulsionaram a criação do *Memoria Abierta*, sobretudo a importância atribuída à preservação da memória na agenda dos organismos de direitos humanos a partir de meados dos anos 1990. Em um contexto em que os processos judiciais contra os responsáveis materiais pelos desaparecimentos encontravam-se interditados pelas leis do Ponto Final e de Obediência Devida, atribuiu-se à luta pela memória coletiva uma importância entre alguns organismos, em paralelo às demandas por verdade e justiça, principais bandeiras desde os últimos anos da ditadura (Lorenz, 2002).⁴

A promoção da memória ganhou então protagonismo em iniciativas promovidas tanto pelo Estado como pelas organizações de direitos humanos voltadas para a função didática da recordação e para a preocupação com sua garantia e com suas formas de transmissão, criando, no início dos anos 2000, um momento propício para as iniciativas de preservação do patrimônio considerado parte da memória do “terrorismo de Estado”.

³ “Terrorismo de Estado” foi uma categoria nativa surgida no campo dos direitos humanos para se referir à sistemática e planejada violação de direitos fundamentais dos cidadãos por parte do Estado. Durante a última ditadura, tornou-se uma interpretação utilizada pelos organismos de direitos humanos para mobilizar o apoio e a denúncia social e judicial sobre a questão dos desaparecidos e questionar o discurso militar da “guerra contra a subversão”. Com a transição democrática, ressaltar a faceta terrorista do Estado ditatorial foi parte formadora de uma narrativa cujo uso difundiu-se às políticas estatais de memória e Justiça e aos espaços acadêmicos (Franco, 2015; Garaño, 2019). No caso particular do *Memoria Abierta*, a “memória do terrorismo de Estado” é trabalhada em referência aos anos da última ditadura, aos processos prévios de politização iniciados nos anos 1960 e aos processos posteriores de produção de sentidos sobre ambas as experiências (Carnovale, Lorenz, Pittaluga, 2006).

⁴ Durante o governo de Raul Alfonsín, a manutenção de uma convivência entre civis e militares no marco da democracia se colocava no horizonte institucional, limitando o tratamento judicial das violações de direitos humanos. No início do governo, podemos perceber políticas de apoio à atuação dos juizes, resultando em cerca de 1.200 oficiais superiores processados pela Justiça Civil até os últimos meses de 1986. Em dezembro deste ano, passou a colocar limites sobre os processos que incomodavam cada vez mais a instituição militar, através da aprovação da Lei de Ponto Final. Esta fixava um prazo de 60 dias para que a Justiça ouvisse os militares citados em causas em curso; terminado esse prazo, nenhum militar poderia ser chamado a depor. Entretanto, o efeito dessa lei foi contrário: mesmo se tratando de meses de recesso judicial, cerca de 400 oficiais foram interrogados e vários processos finalizados. Como resultado, na Semana Santa de 1987, correrem algumas sublevações de militares, conhecidas como *carapintadas*, que exigiam uma solução para os processos judiciais e uma anistia geral para aqueles que participaram de ações repressivas cumprindo ordens. Para resolver a situação, em junho de 1987, foi aprovada a Lei de Obediência Devida, que estabeleceu que alguns atos cometidos pelos militares durante a última ditadura não eram puníveis por terem ocorrido em virtude do princípio da obediência devida.

Entre os elementos que contribuía para esse quadro estavam a consciência crescente sobre a necessidade de preservar arquivos e documentos públicos e privados e a criação de locais de custódia desses acervos. Tais iniciativas visavam dois objetivos: investigar em toda sua amplitude o funcionamento do aparato burocrático do Estado e o seu envolvimento na repressão; e transmitir o ocorrido às futuras gerações (Valdéz, 2001).

De acordo com Ana Guglielmucci, a criação do *Memoria Abierta* se deu devido à demanda, por parte de alguns organismos de direitos humanos que atuavam em Buenos Aires, de um espaço de trabalho próprio para debater seus projetos de memória específicos e para elaborar seus posicionamentos frente aos projetos estatais que começaram a ganhar força na cidade a partir do final da década de 1990. Havia também a preocupação sobre como preservar os documentos que constavam em suas sedes sem perder o controle sobre as informações que eles traziam e que continuavam alimentando suas iniciativas. A partir de um convite feito pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), o *Memoria Abierta* foi formalizado como uma organização não governamental (ONG), dirigida por uma comissão diretiva formada por representantes dos organismos membros e por uma equipe de trabalho profissional que atuaria em conjunto com os organismos para promover e preservar a memória do “terrorismo de Estado” (Guglielmucci, 2013).

A criação do *Memoria Abierta*, portanto, foi fruto da iniciativa deste grupo de organizações que buscava participar de forma coordenada das iniciativas a favor da promoção das memórias da última ditadura. Elas partiram da premissa de que toda sociedade que conhece e reflete sobre o seu passado pode elaborar uma memória social que contribua para a construção de sua identidade e para a consolidação da convivência democrática e do respeito aos direitos humanos no presente. Formaram, então, um espaço institucional em que trabalhariam de *forma conjunta* com cada um dos organismos participantes para produzir ações de promoção da memória.⁵ O trabalho inicial incluiu a fundação de um Museu da Memória; um programa de tratamento dos documentos histórico-institucionais dos acervos dos organismos de direitos humanos; a sistematização de fotografias do período da última ditadura em um Arquivo Fotográfico; a produção de registros para visibilizar espaços da repressão e de resistência e promover a sua “recuperação” como espaços de memória; e a construção de um Arquivo Oral de testemunhos no formato de entrevistas filmadas.

O Arquivo Oral conta atualmente com 966 testemunhos e compõe o Patrimônio Documental da instituição, junto com outros fundos documentais, entre os quais

⁵ O trabalho em *forma conjunta* deriva do fato de que, apesar de ter como objetivo geral otimizar recursos e esforços em prol da memória, sobretudo a preservação e sistematização de todo tipo de documentação, uma tarefa difícil, custosa e que era postergada pelos organismos devido a ações tidas como “mais urgentes”, haveria que respeitar a especificidade dos objetivos e das práticas de cada um deles (Naftal; Carnovale, 2004, p. 7). Tornava-se explícita, assim, uma das características do movimento de direitos humanos, apontado por Elizabeth Jelin: a heterogeneidade entre as diferentes organizações, fruto das diferentes práticas, orientações políticas e tarefas específicas assumidas por cada uma delas (Jelin, 2017).

estão: os fundos e coleções dos organismos de direitos humanos que fazem parte da instituição, cuja consulta é facilitada em suas sedes pelo trabalho realizado pelos técnicos do *Memoria Abierta*; os fundos e coleções pessoais, as coleções temáticas, as coleções fotográficas, o arquivo audiovisual e o Arquivo Oral salvaguardados na sede da instituição. Desde 2014, os testemunhos do Arquivo Oral podem ser consultados na Sala de Consulta Pública da instituição, que divide com *Familiares* um dos edifícios do *Espacio Memoria y Derechos Humanos*. Este é um espaço de memória que ocupa o complexo de prédios em Buenos Aires onde, entre 1976 e 1983, funcionou o centro clandestino de detenção *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). Com a adoção de medidas de isolamento social obrigatório para o combate à epidemia de Covid-19 em março de 2020, abriu-se a possibilidade da consulta remota, por meio da qual o investigador pode solicitar por *e-mail* e ter o acesso a até duas entrevistas pelo período de vinte e quatro horas.

Para os investigadores estrangeiros que trabalham com temas relativos à última ditadura civil-militar argentina, o *Memoria Abierta* é uma porta de entrada para o trabalho de campo de investigação, tanto por intermediar o acesso aos acervos documentais dos organismos de direitos humanos membros da instituição e outros acervos e coleções custodiadas por ela, quanto por seu Arquivo Oral. Segundo Claudia Bacci, Alejandra Oberti e Susana Skura, a consulta a acervos orais pressupõe um inevitável trabalho de representação: “Estos cobran sentido en tanto implican necesariamente la presencia de otro que los consulte y que, haciéndolos propios, los torne significantes” (Bacci; Oberti; Skura, 2012, p. 34). Desse modo, assim como os arquivos não são espaços mortos com papéis do passado, os Arquivos Oraís não são o acúmulo de entrevistas prontas, fechadas, das quais outros investigadores não possam se apropriar e encontrar novas possibilidades de trabalho. É a partir da possibilidade de fazer novas perguntas a essas “memórias abertas” que as entrevistas garantem a sua vitalidade no presente.

Em nosso caso, consultamos 17 entrevistas realizadas com militantes de *Familiares*. A maioria das entrevistas foram produzidas no ano de 2001, quando se iniciou a constituição do Arquivo Oral do *Memoria Abierta* partindo de um critério de idade e da urgência de entrevistar pais e mães de desaparecidos. Entre os entrevistados estão: 12 mães, 2 pais, 2 irmãs e 1 esposa de desaparecido. Todos são familiares de desaparecidos. Apenas uma mãe chegou a *Familiares* por ter seu filho preso, mas que logo desapareceu após ser supostamente liberado. Logo, fica pendente nesta análise uma diferenciação entre as experiências nesse organismo de familiares de desaparecidos e familiares de presos políticos.

As entrevistas têm o formato de histórias de vida e tratam desde as origens familiares das pessoas entrevistadas às discussões do campo dos direitos humanos em curso no momento de sua produção. Abordaremos aqui os relatos sobre as experiências durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983). Esta escolha se relaciona

a um reconhecimento das contribuições da História Oral para os estudos das formas de militância pelos direitos humanos no período, frente à dificuldade de acesso a fontes escritas e visuais (Scocco, 2017). Dialogamos, assim, com uma bibliografia recente que nos últimos anos analisou as trajetórias individuais e coletivas no campo dos direitos humanos por meio da produção e análise de entrevistas e a consulta a acervos de História Oral. Ao nosso ver, o potencial das entrevistas reside também nas possibilidades que elas apontam para reconstruirmos os itinerários individuais de militância, assim como as transformações subjetivas de homens e mulheres após a sua escolha de militar em um organismo de direitos humanos.

Contribuições da História Oral para o estudo das formas de militância pelos direitos humanos

Partimos da compreensão da História Oral não apenas como a utilização de fontes orais no fazer historiográfico, mas como uma metodologia que pressupõe o seu uso crítico, que reconhece a natureza e formas particulares de tais fontes, e aborda questões ligadas à memória, à narrativa, ao diálogo e à subjetividade (Portelli, 2016). Ao consultar as entrevistas, questionamos nelas os processos de surgimento e desenvolvimento de um espaço coletivo de militância e das identidades associadas a ele – particularmente um organismo de direitos humanos formado por familiares de vítimas da repressão. Além disso, nos interessa analisar como cada sujeito viveu estes processos: suas expectativas e receios; as transformações no seu cotidiano; e os seus pontos de vista e análises sobre suas experiências e seus processos pessoais de politização, produzidos no momento da entrevista (Pozzi, 2008; Scocco, 2017; Kotler, 2018).

O reconhecimento de duas dimensões nas quais se pautam a produção de memórias, a coletiva e a individual/subjetiva, cobra uma dimensão particular quando se trata de militantes de um organismo de direitos humanos. Luciano Alonso (2010) aponta que organizações como *Familiares*, nascidas durante o período ditatorial, em que havia uma disputa em torno da verdade sobre os desaparecidos, tiveram como prática comum, com o fim da ditadura, a produção de registros sobre a sua história (documentos, livros, revistas, documentários). Estes registros funcionaram como veículos de difusão de suas bandeiras e demandas, de produção de adesões políticas e sociais, e de afirmação dos sentidos sobre o passado ditatorial e sobre a história da luta pelos direitos humanos. Devido às afinidades que os investigadores geralmente têm com o campo dos direitos humanos, tais narrativas correm o risco de produzir “enquadramentos de memória”, ou de ser consideradas “sagradas”, pois, ao mesmo tempo em que despertam fascínio no presente, elas são utilizadas para definir pertencimentos, marcar posturas, legitimar pontos de vista (Pollak, 2006; Visacovsky,

2005). Em relação aos organismos de famílias res de desaparecidos, o dilema se acentua devido à legitimidade alcançada por eles no espaço público, o que geralmente confere um valor de verdade à sua palavra e uma prerrogativa moral a suas práticas e discursos (Catela, 2001; Vecchioli, 2005; Jelin, 2017; Sanjurjo, 2018).

Uma alternativa para resolver o impasse entre a identificação com as histórias de luta pelos direitos humanos e uma análise crítica das memórias produzidas sobre elas é aproximar-se destas memórias por meio da metodologia da História Oral. De acordo com Michel Pollak (2006), todo trabalho de enquadramento de memória de determinado grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Estes limites surgem nas memórias individuais, que revelam as tensões e contradições entre a “memória enquadrada” do grupo e as lembranças pessoais. As contribuições das discussões sobre a História Oral, da memória e do testemunho nos permitem compreender e analisar tais relações entre memórias individuais e memória coletiva. Para tanto, é necessário reconhecer a dimensão da subjetividade dos testemunhos, ou seja, de que há um sujeito ativo que, ao narrar, tem a capacidade de criar sentidos sobre o passado, articular de maneira singular e única as experiências, representações e afetos, em um processo que é, ao mesmo tempo, individual e social, porque as possibilidades do que narrar e como narrar estão imersas em relações sociais (Jelin; Kaufman, 2006).

Ao optarmos por discutir a história de um organismo de direitos humanos por meio da História Oral, nos aproximamos de uma produção recente sobre a história da luta pelos direitos humanos na Argentina, que abordou nos últimos anos por meio de discussões próprias do campo de estudos da Memória. Um desses questionamentos refere-se às relações entre memória e identidade, que nos permite analisar os processos de produção de identidades vinculadas às experiências da última ditadura e que tendemos a naturalizar no presente, como, por exemplo, a identidade de “familiar de desaparecido”.

De acordo com Ludmila da Silva Catela (2001), a partir do desaparecimento de seus entes queridos, alguns homens e mulheres sofreram uma “inversão” no seu mundo, que foi reconstruído a partir do reconhecimento de que havia outras pessoas em situação similar, com as quais produziram novas relações sociais, além de novas modalidades de busca por informação, de denúncia e de interpelação do Estado, da Justiça e da sociedade. Como resultado, eles se tornaram familiares de desaparecidos; uma identidade que se configurou através de um catálogo de práticas, símbolos e discursos por meio dos quais se posicionaram publicamente em torno da figura do desaparecido, tornando o drama privado em uma questão pública.

Segundo Virginia Vecchioli (2005), a existência de familiares que não denunciaram publicamente o desaparecimento, que não se vincularam à luta pelos direitos humanos, ou que o fizeram sem reivindicar os laços de sangue com as vítimas, são o demonstrativo de que esta identidade foi socialmente construída por grupos que se identificaram assim no espaço público e que tiveram uma prática ativa baseada na

reivindicação do parentesco. Porém, em seus discursos, os organismos de familiares naturalizam a relação entre parentesco e militância, apontando a sua força, coragem e resistência como frutos das relações de sangue entre as vítimas e suas famílias, e não como o resultado de uma escolha de forma de atuação política. Consequentemente, sua militância é entendida como um compromisso moral e intransferível, distanciando-a das práticas políticas tradicionais e produzindo uma identidade política neutra, pautada na condição de familiar, sem experiências anteriores e sem vínculos político-partidários.

Estes trabalhos apontam para a possibilidade de historicizarmos a produção de identidades de familiares de desaparecidos e as práticas, discursos e representações que atualizaram e mantiveram sua relevância no espaço público argentino. No caso de *Familiares*, notamos que há poucas investigações empíricas sobre a sua história. Para Natalia Casola e Gustavo Martuccio (2007), a pouca atenção dada a ela e ao papel de *Familiares* na produção bibliográfica sobre a história da luta pelos direitos humanos na Argentina relaciona-se a dois motivos: (i) a pouca visibilidade pública adquirida por este organismo, quando comparado a *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*, que se converteram no símbolo aglutinador da resistência à ditadura e na personificação do que é ser um familiar de desaparecido; (ii) a singularidade de *Familiares*, particularmente a sua distintiva politização em relação aos outros organismos, devido às experiências prévias de participação política de alguns de seus militantes e à reivindicação desde a sua origem da militância política dos familiares presos ou desaparecidos. Dentre as análises que encontramos sobre *Familiares*, uma centra-se no seu processo de formação, a partir do encontro de familiares de desaparecidos na sede da *Liga Argentina por el Derecho del Hombre* (LADH) (Casola, 2010); dois trabalhos ajudam-nos a compreender de que maneira em *Familiares* foram ressignificados os discursos e representações sobre a família e o parentesco, e como seus militantes se relacionaram com a morte e/ou o desaparecimento de seus entes queridos (Panizo, 2012; Sanjurjo, 2018); e em outros dois encontramos uma breve história do organismo (Veiga, 1985; Tahir, 2011).

A ausência de investigações sobre a história de *Familiares* relaciona-se também com a consolidação de uma narrativa histórica que marcou os estudos sobre a luta pelos direitos humanos na Argentina. Estes se iniciaram ainda nos anos 1980, tomando como referência teórica o modelo dos “novos movimentos sociais” e a ideia de “movimento” como principal categoria analítica. Produziu-se, então, uma narrativa histórica sobre os “oito organismos históricos de direitos humanos” – *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), APDH, *Familiares*, *Madres*, *Abuelas*, CELS, LADH e *Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos* (MEDH) –, que constituíram o “movimento de direitos humanos” entre 1975 e o início da última ditadura, apesar das diferenças de estratégias, discursos e posicionamentos entre os organismos. Nesta narrativa, os organismos de familiares, ou organismos de “afetados diretamente pela repressão”, são geralmente abordados como uma frente única de mobilização, que se diferenciava de outros organismos por suas estratégias “mais radicalizadas” para denunciar e exigir a “aparición com vida”

dos desaparecidos, sem se aprofundar nos conflitos e diferenças de estratégias entre *Familiares, Madres e Abuelas*.⁶ De modo geral, são apontados apenas os diferentes posicionamentos de um grupo de mães de desaparecidos que decidiu se incorporar a *Madres* ao invés de *Familiares*.

Entretanto, com o desenvolvimento dos campos de estudos da Memória e da História do Tempo Presente na Argentina – ou História Recente, de acordo com a denominação mais utilizada no país –, notamos que nos últimos anos a escala dos estudos sobre a história da luta pelos direitos humanos vem paulatinamente mudando. Estes estudos deixaram de reproduzir um relato sobre um ator coletivo e de caráter nacional para se concentrar em experiências mais localizadas no espaço e no tempo, questionando uma narrativa histórica que se concentrou nas mobilizações ocorridas em Buenos Aires e que não possuíam antecedentes na história do país. Além disso, eles analisam histórias de determinados organismos; as possibilidades de articulação e mobilização em localidades distantes da capital do país ou no exterior; e partem do reconhecimento dos distintos perfis de militantes e das diversas modalidades de inserção no campo dos direitos humanos.

Eles apontam, ainda, para as contribuições da História Oral para o estudo das formas de ativismo na luta pelos direitos humanos, sobretudo na abordagem da temporalidade que nos interessa: durante a última ditadura (1976-1983). Segundo Marianela Scocco (2017), a História Oral é uma possibilidade para a compreensão das subjetividades das pessoas que atuaram na luta pelos direitos humanos. A abordagem das subjetividades permite ainda ao investigador reconstruir as opções que então se colocaram em disputa, para além da ação ou da estratégia que se concretizou. Além disso, a História Oral pode ser uma alternativa frente à dificuldade de se encontrar fontes escritas e visuais que registraram o acionar dos militantes e dos organismos de direitos humanos durante a ditadura. Neste período, frente a outras urgências, os organismos nem sempre tiveram a prática de registrar o seu acionar. Alguns deles sofreram sucessivas apreensões de documentação ao se tornarem alvo, a partir de 1979, dos serviços de inteligência da ditadura. Além disso, a maioria dos arquivos institucionais dos organismos de direitos humanos foram organizados e abertos para a consulta pública apenas recentemente.

A limitação de acesso a fontes escritas se estende também à imprensa, que se dedicou pouco à cobertura da ação dos organismos, tornando-se, na maioria das vezes, eco das versões oficiais da ditadura. Alguns veículos de comunicação mudaram esta postura

⁶ A primeira referência que encontramos na bibliografia disponível sobre uma divisão dos organismos que conformariam o movimento de direitos humanos entre “afetados” e “não afetados” foi no Prólogo escrito por Rodolfo Colángelo para a obra de Raúl Veiga, publicada em 1985 (Veiga, 1985). A divisão foi retomada posteriormente por Elizabeth Jelin (1995). Segundo essa divisão, as organizações de “afetados” reuniram pessoas “afetadas diretamente pela repressão” (familiares de vítimas e sobreviventes dos centros clandestinos de detenção), enquanto as organizações de “não afetados” reuniram indivíduos com perfis diversos (religiosos, políticos, advogados, etc.) que aportaram seus conhecimentos pessoais e profissionais em prol da causa dos direitos humanos.

apenas entre os anos de 1981 e 1982, incorporando o “problema dos desaparecidos” e a demanda de respostas sobre a repressão clandestina em suas pautas (Franco, 2018). Entre as fontes escritas disponíveis estão ainda os informes de inteligência produzidos a partir da vigilância aos organismos, que, mais do que o registro de suas atividades, trazem em si as concepções dos órgãos de vigilância sobre o objeto da investigação. Logo, conclui Scocco, as fontes orais podem servir como contradiscursos que apontam a falsidade ou a inverossimilhança dos documentos oficiais ou das notícias da imprensa; além de permitir ao investigador aproximar-se de sujeitos e práticas que não tiveram suficiente representação nas fontes escritas e visuais disponíveis (Scocco, 2017).

Testemunhos de familiares de desaparecidos no Arquivo Oral do *Memoria Abierta*

No Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, encontram-se disponíveis para a consulta pública 515 testemunhos de familiares de vítimas da repressão durante a última ditadura, entre os quais estão mães/pais, avós/avôs, filhas/filhos, cônjuges e irmãs/irmãos de desaparecidos. Entretanto, estes não são os únicos testemunhos de familiares de desaparecidos custodiados pela instituição. Um dos princípios de constituição do seu Patrimônio Documental foi o entendimento de que a história deve ser narrada através de relatos múltiplos, que deem conta das diferentes perspectivas, memórias e experiências (Naftal; Carnovale, 2014). Conseqüentemente, ao longo da atuação do *Memoria Abierta*, foram incorporados testemunhos produzidos em diferentes formatos, produzidos em distintos espaços de produção e épocas, para além dos que compõem o Arquivo Oral.

Alguns dos testemunhos estão no formato de denúncias, documentadas nos acervos institucionais dos organismos de direitos humanos e nas coleções pessoais de familiares de desaparecidos doadas à instituição. Elas descrevem os sequestros, as gestões realizadas na busca de informações sobre o paradeiro dos desaparecidos e as informações reunidas sobre a sua passagem por centros clandestinos de detenção aportadas pelos testemunhos de sobreviventes, da atuação do familiar no campo dos direitos humanos e das investigações realizadas por agências estatais e pela Justiça. Outros estão no formato de testemunhos judiciais, reunidos na “*Colección audiovisual Juicios sobre el Terrorismo de Estado en Argentina*”, formada por registros audiovisuais de julgamentos emblemáticos do processo de justiça na Argentina: o *Juicio a las Juntas* (1985); os *Juicios por la Verdad* de Bahía Blanca (1999-2000) e de La Plata (1999-2011); e o julgamento de Miguel Etchecolatz, ex-diretor de Investigações da Polícia da Província de Buenos Aires, e do ex-médico desta força policial, Jorge Antonio Bergés (2004) (Flores, 2017).

Já os testemunhos do Arquivo Oral se diferenciam dos anteriores por se referirem à experiência pessoal dos entrevistados em relação aos principais processos sociais, políticos e ideológicos da segunda metade de século XX, enfatizando a mobilização social e política, o “terrorismo de Estado” e a luta pelos direitos humanos durante a ditadura e o período democrático (Bacci; Oberti; Skura, 2012). Essas entrevistas permitem assim uma aproximação das histórias de vida com matizes mais diversos, além da ênfase posta na violência sofrida por cada indivíduo, característica nos outros dois formatos:

[...] el elemento diferenciador del Archivo Oral estuvo dado por los aspectos incluidos en las entrevistas, que transcendían la experiencia referida al terrorismo de Estado e incorporaban información de su vida; la infancia; el trabajo; su vinculación con la política; la religión; la vida familiar; las características personales de sus seres queridos desaparecidos; su vida antes, durante y después de la dictadura, el balance de los hechos de la actualidad. (Naftal; Carnovale, 2004, p. 12).

Analisado em conjunto, esse repertório testemunhal nos permite traçar uma historicidade dos testemunhos. Michael Pollak e Natalie Heinrich pontuam que a prática do testemunho não depende apenas da vontade ou da capacidade de potenciais testemunhas de reconstruir sua experiência: ela se baseia principalmente nas condições sociais que tornam o seu relato comunicável (Pollak; Heinrich, 2006). Consequentemente, as condições de produção dos testemunhos variam como resultado da passagem do tempo, do seu lugar social e dos usos destes relatos (Rouso, 2006; Ricoeur, 2007). Logo, como aponta Luciana Messina, ao refletir sobre a “prática testemunhal” de um sujeito que assumiu a posição de testemunha, é importante relacionar seus relatos pessoais com as distintas conjunturas sociais e políticas em que foram produzidos, não apenas para determinar em que medida facilitaram ou dificultaram a emergência e a circulação de distintos tipos de testemunhos, mas principalmente para analisar os modos como/pelos quais determinaram os limites do seu conteúdo e do que foi silenciado por eles (Messina, 2012).

Elizabeth Jelin propõe que sua historicidade seja pensada a partir da multiplicidade de temporalidades das memórias pessoais, o que nos permite analisar os discursos produzidos relacionando-os com a temporalidade dos processos de produção e das diferentes escolhas narrativas dos sujeitos. Jelin aponta que os testemunhos, mais do que uma tentativa de reconstrução fiel do passado, trazem em si as marcas do presente em que se narra (clima cultural e político, contexto institucional em que o relato é dado, curso de vida da testemunha, vocabulários disponíveis, etc.); das possibilidades do sujeito/narrador em relatar e silenciar certos aspectos do passado; e dos objetivos, metas e expectativas futuras por trás da sua produção (Jelin, 2017).

Na Argentina, o estatuto dos testemunhos foi fruto de processos sociais, culturais e políticos, particularmente do seu uso como estratégia de denúncia da violência

estatal. A história do país no século XX foi marcada por sucessivos golpes de Estado, ditaduras e governos democráticos com traços autoritários que implementaram uma sistemática perseguição a certos grupos e identidades políticas, o que, por sua vez, gerou a articulação de atores individuais e coletivos que, por meio de distintas práticas, atuaram publicamente em defesa das vítimas, entre elas a denúncia por meio de testemunhos (Solis, 2014). O uso dos testemunhos como modo de intervenção política e para o início de uma cultura da denúncia testemunhal baseada na descrição detalhada da aplicação de tormentos por agentes do Estado não se iniciou, assim, com a última ditadura civil-militar. A diferença é que nesse contexto ele se tornou a principal forma para se denunciar publicamente a violência estatal e garantir a solidariedade e o apoio a suas vítimas.

Para entendermos o porquê disso, precisamos compreender como se configurou a repressão durante a última ditadura. A bibliografia disponível aponta que a última ditadura foi uma experiência inédita na história da violência política na Argentina. Por outro lado, propõe que este ineditismo deve ser pensado como parte de um processo repressivo a médio prazo, que criou as condições necessárias para a efetividade de um plano sistemático, clandestino, ilegal e de alcance nacional de desaparecimento forçado de pessoas. A execução deste plano partiu de normas e de regulamentos militares vigentes, assim como um conjunto normativo sancionado pelo Estado Nacional, entre 1974 e 1976, que, ao serem referendados ou ampliados pela ditadura, outorgaram um marco jurídico-legal para o exercício da repressão (Aguila, 2013; Franco, 2015; Pontoriero, 2017).

Esse conjunto de práticas se articulou com um acionar clandestino executado pelos “grupos de tarefa”, formados por quadros militares, das forças policiais e dos grupos paraestatais, que já agiam de forma dispersa, e que passaram a ser coordenados, após o golpe, pelas Forças Armadas.⁷ Eles adotaram como modalidade repressiva principal o desaparecimento, uma prática que já era utilizada anteriormente, mas sem a mesma generalização e sistematicidade com que foi aplicada durante a última ditadura. O desaparecimento passou então a girar em torno de uma série de situações iniciadas com a seleção, por serviços de inteligência policiais e militares, de alvos específicos. Entre esses alvos estavam os militantes das organizações político-militares e de suas frentes

⁷ Segundo o linguajar utilizado pelas Forças Armadas durante a última ditadura na Argentina, os “grupos de tarefas” eram as unidades operativas integradas por membros das Forças Armadas e de Segurança e por civis de diversas procedências. Entre os civis, estavam pessoas que tinham participado de grupos paraestatais, como a Triple A, onde adquiriram experiência na realização de delitos como sequestros, torturas e assassinatos. Os “grupos de tarefa” constituíram o núcleo fundamental do funcionamento dos centros clandestinos de detenção. Em geral, seus integrantes operavam como civis e algumas vezes utilizavam apelidos falsos para encobrir suas identidades verdadeiras. Eles eram responsáveis por realizar as tarefas clandestinas da repressão, entre as quais estavam o sequestro de alvos definidos previamente pelos serviços de inteligência e o seu deslocamento para um centro clandestino de detenção; e, em alguns destes espaços, a realização do interrogatório sob tortura, assassinatos e o desaparecimento de pessoas ou cadáveres (Calveiro, 2013).

legais ou estruturas de superfície (vicinais, sindicais e estudantis); os militantes de outras correntes da esquerda e de frentes sindicais que não estavam envolvidas na luta armada; e, com o avanço das tarefas de denúncias, familiares, religiosos e advogados envolvidos nas buscas pelos desaparecidos. Ao serem sequestradas, algumas dessas pessoas tinham os seus bens saqueados e eram levadas para um centro clandestino de detenção, onde eram torturadas para a obtenção de informação e a produção de novos sequestros. Após um tempo indeterminado, a maioria foi assassinada. Os seus corpos apareceram publicamente em enfrentamentos forjados, foram enterrados clandestinamente ou eliminados. Os que sobreviveram às torturas poderiam ser levados para outros centros clandestinos, permaneciam desaparecidos por um tempo indeterminado até serem liberados de distintas formas, entre as quais estava a sua detenção legalizada em uma das prisões de segurança máxima, articuladas com os espaços clandestinos da repressão por meio da circulação de práticas, agentes de segurança, presos e sequestrados (Calveiro, 2013; Lampasona, 2017; Garaño, 2020).

Com os desaparecimentos, os militares adotaram uma prática clandestina e anônima. Uma repressão mais encoberta, apesar das expressões públicas do terror estatal, dificultava a produção de denúncias sobre a sua dimensão, seus responsáveis e seu objetivo final – o extermínio dos desaparecidos. Além disso, o entendimento por parte da sociedade de que era “apenas mais um golpe”; as diversas respostas sociais às demonstrações de violência na esfera pública; a inexistência de corpos que tornava os desaparecimentos em “mortes inconclusas”; as informações fragmentadas e as diferentes versões que circulavam em canais restritos; as negativas oficiais ao reconhecimento dos sequestros e aos pedidos de informação sobre os desaparecidos; e as dificuldades de se atribuir as devidas responsabilidades pela violência tornaram-se obstáculos para a produção de saberes sobre a repressão (Aguila, 2010; Jelin, 2017; Crenzel 2020). Entre 1976 e 1979, a Justiça, que havia se tornado anteriormente um campo de ação para a defesa das vítimas da violência estatal, oferecia possibilidades limitadas de intervenção (Memoria Abierta, 2010).

Frente a tais obstáculos, as organizações envolvidas na denúncia humanitária no país e no exterior tiveram como um de seus eixos de ação a difusão e denúncia pública das violações aos direitos humanos para conseguir solidariedade e apoio na resistência à ditadura. Uma das estratégias adotadas foi a recepção de testemunhos e a colaboração com familiares de vítimas de modo a acumular informações sobre os casos individuais e poder interceder pela liberação de desaparecidos e presos políticos. Entretanto, nem todas as famílias reagiram da mesma forma aos desaparecimentos. Antes do golpe, já circulavam discursos públicos de condenação e repúdio às atividades da guerrilha, direcionados a setores identificados com ela – os operários e a juventude (Franco, 2012). Estes discursos se incrementaram durante a ditadura, somando-se a outros que responsabilizavam os pais pelo envolvimento dos filhos na “subversão”, e gerando o estigma de ter um familiar “subversivo”/desaparecido, além de medo e silêncio em

muitas famílias atingidas. Outras romperam o isolamento social e passaram a buscar formas de montar o “quebra-cabeça” dos desaparecimentos, buscando contatos pessoais nas Forças Armadas, na religião e na política, e instituições (delegacias, quartéis, hospitais, necrotérios, manicômios, tribunais, Ministério do Interior, consulados) que no passado foram referências na intermediação com o Estado (Catela, 2001; Jelin, 2017).

A produção de testemunhos de familiares de desaparecidos na Argentina iniciou-se, portanto, a partir de sua aproximação, durante a última ditadura, dos espaços de recepção de denúncias. Inicialmente utilizadas para a produção de *habeas corpus* e de “listas de desaparecidos” publicadas em matérias pagas em jornais de grande circulação ou entregues a autoridades, ao longo da ditadura, os testemunhos tornaram-se a fonte privilegiada para a produção de outros documentos, de acordo com as lógicas e as estratégias de cada “circuito testemunhal” (González Tizón, 2021). Além disso, os relatos dos familiares sobre os sequestros de seus entes queridos e sobre o seu itinerário na busca por informações difundiram-se no exterior por meio da imprensa internacional, principalmente a partir da realização da Copa do Mundo de Futebol, em 1978, e de cartas enviadas por *Madres e Abuelas* para sensibilizar a opinião pública internacional e tentar salvar vidas. Alguns destes relatos formaram parte de iniciativas de organizações supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Cruz Vermelha (CV), a Anistia Internacional (AI) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA); de organizações de exilados argentinos, como *Comisión Argentina por los Derechos Humanos* (CADHU), *Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino* (Cospa) e *Comisión de Solidaridad con Familiares de Desaparecidos en Argentina* (Cosofam); de comitês de solidariedade que atuavam no exterior, como o Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (Clamor).⁸

Em 1979, a formação do CELS e a vista à Argentina da CIDH produziram mudanças na produção dos testemunhos e nos seus usos. Devido a distintas iniciativas de sistematização de informação, eles saíram das fichas ou cartas que registravam e denunciavam casos individuais para a produção de um conhecimento sobre padrões repressivos e sobre os crimes da ditadura, particularmente o desaparecimento, de modo a torná-lo um problema jurídico. Dessa forma, para além do trabalho de “caso a caso” ou a elaboração da “lista de desaparecidos”, produziram-se na Argentina e no exterior informes nos últimos anos da ditadura que materializaram a dimensão das violações aos direitos humanos até então ocultadas e negadas pela ditadura para produzir um entendimento sobre elas (Balardini, 2015; Basualdo, 2019).

De acordo com Emilio Crenzel, nesse processo, os testemunhos passaram a apresentar certa homogeneidade em seu conteúdo. A recepção na Argentina das narrativas humanitárias das redes transnacionais de direitos humanos contribuiu para a

⁸ Para uma discussão sobre a circulação de denúncias no exterior, ver: Jensen (2010), Catoggio (2016), Basualdo (2019) e González Tizón (2021).

consolidação de alguns marcos narrativos. Consequentemente, os testemunhos, a partir de um imperativo moral, passaram a convocar a empatia para com as vítimas através da descrição da violência sofrida e da apresentação das vítimas por meio de categorias compreensíveis como suas nacionalidades, crenças religiosas, ocupações e profissões; e da reivindicação de seus valores morais e familiares. O uso destas categorias restituía a humanidade negada pelas práticas do desaparecimento, ao mesmo tempo em que destacava o caráter amplo e indiscriminado da violência do “terrorismo de Estado” e a “inocência” de suas vítimas, alheias a qualquer compromisso político, particularmente à luta armada (Crenzel, 2015, 2020).

Com o final da ditadura, os testemunhos de familiares de desaparecidos foram orientados a provar a existência de um plano sistemático de repressão de modo a respaldar suas demandas por justiça. Durante sua investigação em 1984, a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep) recebeu 5.580 denúncias reunidas durante a ditadura pela APDH, realizadas por familiares de desaparecidos de Buenos Aires e das grandes cidades do interior, que aportavam dados sobre os sequestros, seus responsáveis, as gestões feitas à justiça, às autoridades policiais e militares. A Conadep desenvolveu iniciativas, no país e no exterior, para recopilar novas denúncias, o que ampliou o universo de famílias denunciantes; e solicitou aos familiares descrições físicas, dados forenses e fotos dos desaparecidos que facilitassem a sua identificação. No ano seguinte, durante as audiências dos julgamentos dos comandantes das Juntas Militares que governaram o país durante a última ditadura, o *Juicio a las Juntas*, os testemunhos apresentaram uma série de humilhações que permitia aproximar-se da intensidade das práticas da violência estatal. No caso dos familiares, seus testemunhos se iniciavam no momento da detenção ou do sequestro, incluíam alguns detalhes das distintas averiguações e gestões realizadas na sua busca por informação e os rumores das versões com as quais eles se encontraram até o início do período democrático ou do processo penal vigente, e terminavam com a acusação da ausência de nova informação sobre o destino do desaparecido. O objetivo geral da produção de testemunhos nessa etapa era provar a existência de práticas repressivas sistematizadas a partir do Estado, o que colocou em segundo plano as vivências individuais dos familiares, seus pontos de vista e sentimentos que, apesar de mencionados nos relatos, não foram considerados para a produção de evidências sobre os desaparecimentos (Feld, 2002; Balardini; Oberlin; Sobredo, 2011; Galante, 2019; Crenzel, 2020).

Após o *Juicio a las Juntas*, alguns familiares passaram a resgatar e reivindicar em seus relatos a militância dos seus filhos. O que se tornou visível inicialmente, segundo Elizabeth Jelin, foi o comprometimento dos desaparecidos com uma militância social e, não, política, baseada em princípios humanistas, geralmente cristãos, de ajuda aos pobres para a melhoria da sua condição social. Dessa forma, timidamente começaram a aparecer relatos sobre vítimas com agenciamento político, envolvidas em um ativismo social ou em um ativismo político em prol de um ideal de justiça social (Jelin, 2012).

Em meados dos anos 1990, a memória adquiriu um estatuto específico em iniciativas desenvolvidas por agentes estatais, pelos organismos de direitos humanos e por outros atores sociais que passaram a reivindicar diferentes laços com os desaparecidos em homenagens realizadas em distintos espaços como faculdades, escolas, sindicatos, etc. A impossibilidade de um horizonte punitivo, devido à vigência das leis que garantiam a impunidade dos envolvidos na repressão, e o surgimento de uma nova geração no interior do campo dos direitos humanos, os filhos e as filhas de desaparecidos interessados em conhecer o passado de seus pais, habilitaram o surgimento de testemunhos sobre a militância dos desaparecidos, seus projetos políticos e sua participação na luta armada (Bonaldi, 2006; Crenzel, 2015).

Até então, a produção de testemunhos dos familiares de desaparecidos se relacionou às possibilidades de denunciar os casos de desaparecimento. Em paralelo às denúncias e aos testemunhos sobre os desaparecidos, encontramos, desde o final da década de 1980, publicações produzidas pelos próprios organismos de direitos humanos formados por familiares de desaparecidos, que apresentam sua história coletiva e uma explicação de suas lutas e de suas bandeiras (Alonso, 2010). Entretanto, não encontramos, até a constituição do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, iniciativas de recuperação e de registro de outras experiências que marcaram os processos subjetivos dos familiares de desaparecidos, para além daquelas que serviam para aportar elementos de modo a conformar uma denúncia dos desaparecimentos e respaldar o acionar dos organismos de direitos humanos.

Essa diferença é resultado das escolhas nas quais se pautaram a produção das entrevistas do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*. A primeira delas foi a participação de especialistas acadêmicos em História Oral no seu processo de construção. Dora Schwarzstein, responsável por formar a equipe de trabalho, desenvolveu projetos em História Oral desde meados da década de 1980. Na década de 1990, ela participou de distintas iniciativas que foram centrais para a ampliação dos estudos históricos baseados em fontes orais na Argentina, como a organização dos Encontros Nacionais de História Oral, a partir de 1993. No início dos anos 2000, a História Oral já possuía um reconhecimento institucional como campo de estudos no país, com o desenvolvimento de publicações e de uma série de projetos universitários – de formação e de constituição de acervos de fontes orais em distintos âmbitos (Pozzi, 2008). Para o desenvolvimento inicial do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, somaram-se ainda historiadores e cientistas sociais que participavam do desenvolvimento do Programa de História Oral da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA e de projetos de investigação sobre o lugar social das memórias do “terrorismo de Estado” e que contribuíram para a expansão dos campos de estudos da Memória e da História do Tempo Presente (Jelin, 2017).

A segunda foi a consideração de que o registro dos efeitos do “terrorismo de Estado” nas histórias pessoais dos entrevistados não deveria se remeter apenas às experiências ocorridas durante a última ditadura. De acordo com Vera Carnovale,

Federico Lorenz e Roberto Pittaluga, historiadores que participaram do processo de constituição do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, a produção do guia-questionário utilizado nas entrevistas partiu do entendimento de que o período que antecedeu a ditadura era importante para tornar as experiências das testemunhas nesse momento inteligíveis; e que os relatos sobre a transição democrática eram imprescindíveis para dar conta da produção de significados e de discursos sobre o “terrorismo de Estado” (Carnovale; Lorenz; Pittaluga, 2006).

Dessa forma, as entrevistas dos familiares de desaparecidos não se restringem a registrar e denunciar a violência da última ditadura. Ao mesmo tempo em que destacam e reconhecem que se trata de vítimas de uma ditadura e o seu “relato direto da dor”, as entrevistas produzidas valorizam o protagonismo de sua ação política, resgatando memórias sobre suas experiências de militância e sua participação em processos políticos, culturais e sociais anteriores aos desaparecimentos, assim como as maneiras como cada um respondeu e enfrentou uma realidade adversa e autoritária (Araújo, 2018).

A terceira escolha se relacionou com a proposta de pensar as entrevistas não apenas como um espaço de produção de testemunhos sobre o terror, mas como um espaço de resgate do sujeito, dando a iniciativa ao entrevistado de decidir abordar ou não experiências traumáticas. Carnovale, Lorenz e Pittaluga apontam para um cuidado na escolha das perguntas para que a entrevista colocasse as pessoas entrevistadas em seu lugar de sujeitos e não de objetos. Apesar da categoria de “vítimas” ter cobrado um peso na definição da categoria dos entrevistados, buscou-se não reforçar durante a entrevista um processo de vitimização, que marcou os discursos e práticas de alguns organismos de direitos humanos, e que contribuiu para produzir uma memória coletiva segundo a qual o passado ditatorial e as “vítimas” se definem por meio de experiências “inexplicáveis”. Eles afirmam que, no contexto de constituição do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, já havia um saber social em torno das práticas repressivas para os quais se podia apelar sem exigir que cada uma das pessoas entrevistadas repetisse o que já havia sido denunciado em outros espaços nos quais os detalhes aportados sobre situações de violência tinham um peso fundamental para a condenação do “terrorismo de Estado”. Logo, partiram de perguntas indiretas que permitiam ao entrevistado indicar a sua disposição para narrar experiências dolorosas (Carnovale; Lorenz; Pittaluga, 2006).

Portanto, ao se interessar pelas experiências individuais e coletivas dos sujeitos entrevistados, para além dos relatos sobre as experiências de violência ocorridas durante a última ditadura, as entrevistas produzidas pelo *Memoria Abierta* são um espaço de emergência da subjetividade e do agenciamento das pessoas entrevistadas. Essa emergência se dá por meio do reconhecimento das possibilidades de escolhas das testemunhas sobre o que contar e o que silenciar em seus relatos. Além disso, a produção das entrevistas parte do reconhecimento de que se tratam de vítimas de um contexto de violência política, sem deixar de valorizar o que Maria Paula Araújo define

como o “campo dos projetos”, ou seja, como elas enfrentaram “[...] uma situação de adversidade com a construção de valores, de propostas, projetos, parcerias, códigos comportamentais” (Araujo, 2018, p. 2).

Formação da “Comissão de familiares”

Em 3 de agosto de 1976, a casa de Lucas e Lilian Orfanó foi invadida por um “grupo de tarefas” que os levou encapuzados para *Coordinación Federal*. Uma noite, Lucas reconheceu os gritos de seu filho mais velho, Pantaleón Daniel, durante uma sessão de tortura. “Lali”, como ele era chamado pela família, era militante da *Juventud Universitaria Peronista* (JUP) e foi sequestrado quatro dias antes, em 30 de junho, em um ponto na esquina da *Avenida Corrientes* com a rua *Libertad*, centro de Buenos Aires. Depois de quinze dias, Lucas e Lilia foram postos em liberdade. Iniciou-se, então, para eles, a busca por “Lali”. O primeiro passo foi ir a uma delegacia fazer uma denúncia de averiguação sobre seu paradeiro. Em seguida, apresentaram um *habeas corpus* ao Poder Judiciário demandando respostas oficiais, com a ajuda de outra pessoa, pois eles não sabiam como produzir este tipo documento. Entretanto, Lilian avalia em seu testemunho que este caminho inicial estava “equivocado”: “[...] *el primer que había que hacer era denuncia por violación ilegal de libertad. Nosotros empezamos al revés, pero com el tiempo aprendimos*” (Lilian Amparo Jons de Orfanó, 2001). A possibilidade de apontar estes “equivocos” relaciona-se com as relações que ambos estabeleceram com os organismos de direitos humanos. Uma vez em liberdade, Lucas e Lilia foram à LADH fazer sua denúncia. Lilia conta que ela não sabia da existência deste organismo, até que alguém lhe deu o endereço da sua sede. Ela começou, então, a ir todos os dias a este espaço para colaborar, onde aprendeu a produzir *habeas corpus* e a receber os familiares que também chegaram lá para saber o destino de seus entes queridos, sequestrados e desaparecidos.

Lilia dedicou-se sobretudo à recepção de denúncias. A ida dos familiares à LADH relacionava-se com a tradição deste organismo, fundado em 1937, na defesa jurídica e solidariedade com os presos políticos e seus familiares (Veiga, 1985). Desde fevereiro de 1976, com a intensificação dos casos de desaparecimento, este organismo foi um ponto de encontro de familiares que, depois de ir a dependências oficiais e igrejas, pareciam esgotar seus recursos de busca. Em setembro de 1976, Víctor Bruschi, Secretário Geral da LADH, sugeriu a Lucas que os familiares se reunissem em uma sala que seria cedida a eles. Dessa forma, seguindo uma política aplicada ao longo de sua história, em setembro de 1976, a LADH impulsionou a organização da primeira “Comissão de familiares” em Buenos Aires (Casola, 2010). De acordo com Lilia, a formação de *Familiares* relacionou-se tanto ao contato com antigos militantes da LADH como ao

aprendizado de cada familiar devido aos seus trâmites e buscas individuais:

[...] *en el año '76, era tanta la cantidad de gente que venía hacer la denuncia, que un representante de la Liga nos ofrece una habitación para funcionar. O sea, lo que ellos nos decían que teníamos que hacer, que ya lo sabíamos, los transmitíamos a los familiares que venían. Primero les tomábamos la denuncia, y después le decíamos donde tenían que ir, qué tenían que hacer, y así se fue formando Familiares.* (Lilian Amparo Jons de Orfanó, 2001).

Em seu testemunho, Lilia aponta Haydée Eloísa Velazco de Días como outra das fundadoras de *Familiares*. A filha de Haydée, Olga Beatriz, era militante de *Montoneros* quando foi sequestrada por um “grupo de tarefas” da ESMA, em 29 de agosto de 1976, em uma estação de trem. Logo após seu desaparecimento, Haydée conta em seu testemunho que ficou “imobilizada”, cabendo a seu marido realizar as primeiras buscas e apresentar o primeiro *habeas corpus*. Sua atitude mudou quando seu filho lhe contou sobre a existência da LADH e que ela deveria ir a este organismo para fazer uma denúncia. Neste espaço, Haydée começou a reunir-se com outros familiares, como Lilia e Lucas. Entretanto, ela aclara que inicialmente não se tratava de uma “comissão” – “éramos personas que estábamos ahí, que íbamos una vez por semana” (Haydée Eloísa Velazco de Díaz, 2001) –, mas que aos poucos formalizou-se como um organismo.

Participaram ainda da formação de *Familiares* o casal Jaime e Sara Steimberg, pais de Luis Steimberg, desaparecido em 10 de agosto de 1976, enquanto fazia o serviço militar obrigatório. Luis havia sido militante da *Federación Juvenil Comunista de la Argentina* (FEDE). Diferentemente dos Orfanó e de Haydée, a aproximação dos dois à LADH relacionou-se com seus vínculos prévios de militância: ambos militavam em distintas instâncias do Partido Comunista Argentino (PCA), partido ao qual a LADH também estava vinculada. Em seu testemunho, Sara aponta que a formação da “Comissão de familiares” na LADH relacionou-se à busca de um lugar seguro para poder reunir-se, pois até então eles se expunham em suas buscas por informação e em reuniões realizadas em espaços públicos e confeitarias:

Nos dimos cuenta que teníamos que tener un lugar para reunirnos, porque no podía ser, nos iban a llevar presas, o nuestros maridos que andaban siempre rondando para cuidarnos, y bueno fuimos a muchos lugares a pedir un lugar y ningún lugar por supuesto entonces la Liga nos dio una pieza que tenían y ahí empezamos, fue en noviembre del 76, octubre del 76. (Sara Ludmer de Steimberg, 2001).

Em nossa consulta ao Arquivo Oral, encontramos os testemunhos de outros familiares que se vincularam à “Comissão” e, posteriormente a *Familiares*, por meio de diferentes relações estabelecidas com o PCA. Enrique Israel, por exemplo, relata que ele

e sua esposa, Clara, eram militantes comunistas antes do desaparecimento de sua filha, Teresa. Teresa Israel era advogada e, desde que se formou, foi promovida da juventude comunista ao PCA, incorporando-se à equipe jurídica da LADH. Com a intensificação dos casos de desaparecimento, sua atividade modificou-se, centrando-se na assessoria a familiares de desaparecidos e na produção de *habeas corpus*. Por esta atividade, Teresa sofreu ameaças até que, em 8 de março de 1977, foi sequestrada na casa de seus pais, por um “grupo de tarefas” do *Club Atlético*. Na manhã seguinte, Enrique e Clara foram à LADH, onde redigiram o primeiro *habeas corpus* por Teresa. Clara, logo em seguida, se integrou à “Comissão de familiares”. Enrique relata que o casal passou a dividir as tarefas: enquanto Clara participava das mobilizações dentro da “Comissão”, ele a apoiou “de fora”, dedicando-se ao trabalho com advogados e ao cuidado dos outros filhos. (Enrique Israel, 2001).

A “Comissão de familiares” dedicava-se inicialmente a tomar as denúncias dos familiares que chegavam à sede da LADH, a ajudar-lhes na interpelação de recursos *habeas corpus* e informar-lhes sobre como e onde deveriam fazer seus trâmites. Em seu testemunho, Alicia Martini de William, irmã de Bibiana Martini de Adur, sequestrada junto com seu esposo, Claudio César Adur, em 11 de novembro de 1976, descreve as primeiras ações desenvolvidas pela “Comissão” e como elas deixaram de ser iniciativas individuais, de um familiar, para se tornar uma ação coletiva:

[...] *cuando éramos pocos, primero, eran las idas al Ministerio del Interior para que se supiera bien, al mejor nos citaban para un día determinado, entonces no iban ni 20 familiares, a lo mejor íbamos 50. O era la cuestión de ir haciendo bulto en ese tipo de cosas. Después era escribir, escribir a cuantas personalidades había en el país para empezar a tomar conocimiento de lo que estaba pasando y entonces en las reuniones se decía ‘bueno hoy se escribe a Sábado’ (...) pero le escribíamos en forma personal, no como agrupación. Y después las actividades de Familiares porque después ellos a su vez hacían presentaciones, cartas, también ya a nivel como institución, como Familiares [...].* (Alicia Martini de Willman, 2001).

Uma das primeiras estratégias de denúncia então adotada foi a interpelação em conjunto das autoridades religiosas e militares, através do envio de cartas ou, por exemplo, do estímulo para que os familiares formassem as filas de apresentação de denúncias no Ministério do Interior. Segundo Haydée Velazco, as idas ao Ministério do Interior eram uma forma de chamar a atenção para que mais pessoas lhes perguntassem o que estava acontecendo e porque estavam ali (Haydeé Eloísa Velazco de Díaz, 2001). Foi em uma dessas idas ao Ministério do Interior que Julio Moresi (2002) se envolveu nas atividades desenvolvidas pela “Comissão de familiares”. Julio é pai de Norberto Morresi, militante da *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES) desaparecido em 23 de abril de 1976. Em seu relato, ele aponta que o desaparecimento de Norberto teve um impacto “muito forte” sobre a família, que os levou a percorrer um caminho “totalmente

desconhecido” de averiguações, que incluiu a busca por delegacias, penitenciárias, hospitais e manicômios. A cada quinze dias, Julio ia ao Ministério do Interior, pois os familiares eram citados para serem informados caso surgisse alguma novidade sobre os *habeas corpus* apresentados por eles. Em uma dessas idas, Norberto e Irma começaram a se conectar com outros pais e mães, trocar informações e participar das reuniões semanais organizadas na sede da LADH (Julio Moresi, 2002).

Nos últimos meses de 1976, estas reuniões eram realizadas com a participação de familiares de presos políticos e de desaparecidos, sem distinções, pois a “Comissão de familiares” deu continuidade às tarefas de solidariedade com os presos políticos já realizadas pela LADH. Desde 1974, a sanção de leis repressivas resultou em um aumento das prisões por causas políticas, pois elas permitiam a perseguição a todas as manifestações tidas como “subversivas”. Em relação à situação jurídica, estes presos foram colocados à disposição do Poder Executivo Nacional (PEN) sem a abertura de causas; ou foram julgados e condenados por tribunais militares, os chamados Conselhos de Guerra. Com o golpe de 24 de março de 1976, a situação dos presos políticos modificou-se, pois eles foram alojados em prisões de segurança máxima. Estas prisões funcionaram como “vitrines” da repressão, pois exibiam o tratamento recebido pelos “delinquentes terroristas”, enquanto se negava a existência dos desaparecidos e dos centros clandestinos de detenção. Além disso, os presos foram submetidos a um regime estrito que limitava o seu contato com o mundo exterior e buscava a sua destruição moral e política. Houve casos ainda de presos “legalizados” que foram assassinados ou desaparecidos (Garaño, 2020).

O filho e a nora de Leopolda Barsotini de Segalli, por exemplo, foram presos na madrugada de 11 de agosto de 1976, enquanto faziam uma pintada a favor dos presos políticos, no bairro de *La Boca*, Buenos Aires. Militantes do Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP), Guillermo Oscar Segalli Barsottini e María del Socorro Alonso foram levados inicialmente para *Coordinación Federal*. Ao perceber que Guillermo não havia voltado para casa nessa noite, Leopolda e seu marido começaram a averiguar “em todos os lados”, apesar do medo que ela conta ter sentido. No começo de setembro, Guillermo e María del Socorro foram colocados à disposição do PEN e legalizados na prisão de Devoto. Em outubro, ele foi transferido para a *Unidad-9* (U9) de La Plata, onde o alojaram no pavilhão 2. Segundo Leopolda, eles logo ficaram sabendo que todos neste pavilhão “corriam risco de vida”, o que a levou a iniciar os trâmites necessários para que ele conseguisse exilar-se na Itália. Neste processo, ela começou a participar das reuniões da “Comissão de familiares”, que já havia se dividido em duas – uma para familiares de desaparecidos e outra para os dos presos políticos –, devido à quantidade de pessoas que passaram a frequentá-las (Leopolda Barsnottini de Segalli, 2001).

Alguns destes familiares já haviam participado de outros grupos que se articularam em torno do aumento da quantidade de pessoas presas e dos primeiros casos de

desaparecimento antes do golpe de Estado de 24 de março de 1976. Este foi o caso de Antonia Álvarez de Cristina. Em 16 de março de 1975, sua filha, Eleonora, militante do PRT-ERP, foi sequestrada em Ituzaingo, província de Buenos Aires. Antonia começou então a se reunir com um grupo reduzido de familiares, quando ainda “se sabia pouco sobre os desaparecimentos”. Nesse contexto, Antonia relata ainda ter acompanhado a fundação da APDH, em dezembro de 1975. A intensificação dos desaparecimentos fez com que o grupo inicial de Antonia se dispersasse. Ela então procurou a LADH, onde ficou sabendo das reuniões da “Comissão de familiares” (Antonia Álvarez de Cristina, 2001).

Reuniões na esquina das avenidas *Callao* e *Corrientes*

Os testemunhos consultados no Arquivo Oral indicam que a maioria dos familiares se vincularam durante o ano de 1977. A nosso ver, há três possíveis explicações para isso: (i) o fato dos sequestros e desaparecimentos durante a última ditadura terem se concentrado sobretudo durante o ano de 1976 e os primeiros meses de 1977 (Lampasona, 2017); (ii) a circulação da informação entre os familiares das vítimas de que havia um grupo que se reunia na sede da LADH; (iii) e a realização das primeiras ações públicas do organismo. A adesão de mais homens e mulheres resultou na adoção de uma estrutura hierárquica, na qual o Secretariado era responsável por decidir as estratégias que seriam adotadas e que eram compartilhadas nas reuniões semanais. Posteriormente, foram se formando subcomissões que se dedicavam a questões específicas, como, por exemplo, garantir o apoio e a solidariedade de distintos setores da sociedade civil (igrejas, estudantes, sindicatos, partidos); dedicar-se às estratégias judiciais; produzir os testemunhos dos familiares e compilar suas informações em fichas, etc.

Angélica “Lita” Boitano relata que, em janeiro de 1977, recebeu um telefonema de uma prima de seu marido, Catalina Lugones, convidando-a para participar de “uma reunião muito importante” que ocorria nas esquinas das avenidas *Callao* e *Corrientes*.⁹ Até este momento, ela não havia realizado nenhum trâmite por seu filho, Miguel Ángel, militante da JUP, desaparecido em 29 de maio de 1976. Em um primeiro momento, Lita acreditou que, para ter mais possibilidades de encontrá-lo, ela deveria mover-se “o menos possível”. Além disso, ela alega que não sabia da existência de organismos de direitos humanos. Lita recorda-se que Catalina não lhe avisara que no endereço informado funcionava a LADH, mas, ao chegar, se deu conta de que era “*una asamblea*

⁹ Catalina Cassinelli de Lugones é a mãe de César Armando Lugones, militante do *Movimiento Villero Peronista* (MVP), sequestrado em 14 de maio junto com sua esposa, María Marta Vázquez, por um “grupo de tarefas” da ESMA.

de las que ya se estaban haciendo semanalmente con los familiares de desaparecidos". Nesta reunião, os familiares da "Comissão" marcaram com ela um encontro durante a semana para produzir o primeiro *habeas corpus* sobre o caso de seu filho. Em seguida, aconselhada por eles, fez uma nova denúncia na APDH (Angela Catali Paolín de Boitano, 2001).

Em 7 de novembro de 1976, desapareceu Ricardo Lois, militante da JUP, sequestrado por um grupo de tarefas da ESMA durante um ponto de controle de sua organização no bairro de *Belgrano*, em Buenos Aires. Através de companheiros da organização, sua esposa, Graciela Lois, estabeleceu contato com os familiares de Hugo Agosti, sequestrado no mesmo operativo que Ricardo. Junto com eles, ela participou de sua primeira reunião de *Familiares* para "*ver quiénes eran, qué hacían etc.*". Em sua entrevista, ela relata que, ao integrar-se, dedicou-se à tomada de testemunhos. Esta era uma tarefa específica dos "mais jovens" (irmãos, irmãs e conjugues de desaparecidos), pois acreditava-se que era mais seguro evitar sua exposição em tarefas externas. A tomada de testemunho consistia em perguntas que permitissem identificar a pessoa desaparecida e compilar informações sobre o seu desaparecimento. Produzia-se então um relato completo e fichas nas quais eram inseridos dados básicos que facilitassem o seu uso (Graciela Palacio Lois, 2015).

Já Emilia Santoro participou da subcomissão de familiares de jornalistas, escritores e pessoas da cultura. Uma das gestões realizadas por ela e por sua cunhada após o desaparecimento de seu irmão, o escritor Roberto Jorge Santoro, em 1º de junho de 1977, foi o envio de cartas ao exterior denunciando o que lhe havia passado, pois ele era "muito conhecido no ambiente cultural latino-americano". Estas cartas foram enviadas a embaixadas e a jornalistas em países como Guatemala, El Salvador e Venezuela. Um dia, um aluno lhe deu o endereço da LADH, onde ela conheceu *Familiares*. Por sugestão de Catalina "Cata" Guagnini, Emilia dedicou-se a reunir os casos de jornalistas e de escritores desaparecidos denunciados. A partir dessas denúncias, Emilia conseguiu contatar 22 familiares que não haviam ainda testemunhado pessoalmente sobre estes casos e a desenvolver ações conjuntas que gerassem a atenção da imprensa e dos âmbitos culturais sobre os seus desaparecimentos (Emilia Santoro, 2001).

A sugestão feita por Cata relacionava-se ao fato de que um de seus dois filhos desaparecidos, Luis Guagnini, sequestrado em 21 de dezembro de 1977, também era jornalista e militava na área de imprensa de seu partido, *Política Obrera* (PO). Porém, a aproximação de Cata de *Familiares* ocorreu meses antes, após o desaparecimento de outro de seus três filhos, Diego, militante de *Montoneros*, em 31 de maio de 1977. Cata relata que, após o sequestro de Diego, ela passou a militar todos os dias na "causa dos desaparecidos", participando do Secretariado do organismo. Esta comissão se reunia todas as segundas-feiras para preparar as estratégias que seriam apresentadas na reunião para os familiares de desaparecidos no dia seguinte (Catalina Silvia Raymundo de Guagnini, 2001).

Um organismo de direitos humanos politizado

Uma das estratégias adotadas pela “Comissão de familiares” em 1977 foi a publicação de matérias pagas nos jornais argentinos com as assinaturas de familiares que pediam pelos desaparecidos e pela liberdade dos presos políticos. Segundo Cristina Muro, durante a produção da primeira delas, em março de 1977, ocorreu uma discussão sobre o nome que o organismo adotaria. Nas entrevistas que consultamos no Arquivo Oral, não encontramos relatos que explicassem a escolha do nome então adotado: *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*. Um depoimento de Teobaldo Altamiranda publicado em um livro sobre os pais de desaparecidos aponta que foi uma sugestão sua para não ocultar a militância política dos presos políticos e dos desaparecidos (Eisenstaedt, 2014).¹⁰ Esta versão dialoga com o testemunho de Cristina Muro que consultamos no *Programa de Derechos Humanos* da *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*:

*Y se había dado una discusión muy fuerte habían dado algunos, el “Negro” Altamiranda, Teobaldo, donde insistían, los que venían del Peronismo, sobre todo, insistían que nuestros desaparecidos, [...], eran militantes políticos, por eso se los habían llevado. Entonces ellos insistían cuando se decide poner un nombre para firmar las solicitadas, que tenía que decir por razones políticas.*¹¹

Em seu testemunho, Cristina Muro aponta que a reivindicação das “causas políticas” das detenções, sequestros e desaparecimento se relacionava com o fato de que os integrantes da “Comissão de familiares” eram em sua maioria pais e mães que haviam sido militantes políticos. Ao relatar suas histórias de vida ao Arquivo Oral, todos eles não só reconhecem isso, como também associam a sua militância com a politização de seus filhos. Em alguns casos, as escolhas feitas pelos pais em sua juventude teriam influenciado posteriormente a entrada no mundo da política pelos filhos. Isso fica mais claro nos relatos dos pais e mães que haviam sido militantes do PCA, cujos filhos depois seguiram itinerários políticos semelhantes, iniciando sua militância na juventude comunista, a FEDE. Mas alguns relatos apontam para caminhos inversos: o envolvimento dos filhos nos processos de politização dos anos 1970 resultaram numa participação de seus pais em suas atividades políticas.

Mabel Gutierrez mudou-se de Carlos Casares, província de Buenos Aires, para La Plata quando seus filhos entraram na universidade. A mudança foi acompanhada pelo

¹⁰ Teobaldo Altamiranda é o pai de Rubén Omar Altamirando, militante montonero, desaparecido em 13 de janeiro de 1977.

¹¹ Cristina Muro é a esposa de Carlos Alberto Chiappolini, militante *montonero*, sequestrado por um “grupo de tarefas” da ESMA em 26 de fevereiro de 1977. Ver: “Testimonio de Cristina Bárbara Muro. Primera Parte / 6 de septiembre 2016”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RExiIBVF2Qw>. Acesso em: 1 maio 2021.

seu ingresso no curso de Arquitetura da Universidade Nacional de La Plata (UNLP) e no seu envolvimento nas atividades políticas de seus filhos, ajudando-lhes em algumas tarefas. Quando questionada sobre o seu conhecimento sobre a repressão antes do desaparecimento de seu filho, Alejandro, ela conta uma anedota de que um dia ele veio visitá-la em Carlos Casares, em 1977, e trouxe para ela uma cópia da “carta de Rodolfo Walsh” – a “Carta aberta de um escritor à Junta Militar”, um dos primeiros documentos que denunciou a repressão clandestina durante a última ditadura, em março de 1977. Mabel, preocupando-se com a segurança de seu filho, então o convenceu a deixar a carta com ela, que em alguns dias voltaria a La Plata. Ele, por sua vez, lhe fez algumas recomendações que, segundo relata Mabel, não lhe pareceram “absurdas”, pois já sabia dos cuidados que havia que se tomar da época em “militou” na universidade.

Em 24 de junho de 1978, Alejandro, militante do partido *Grupo Obrero Revolucionario* (GOR), foi desaparecido. Nesta ocasião, Mabel encontrava-se em Buenos Aires. Ela havia participado da gravação de um programa ao vivo em uma rede de televisão de Carlos Caseres, na qual um dos participantes fez críticas à ditadura. O programa foi denunciado e a gravação confiscada. Seu marido, que então era diretor da área de Saúde da cidade, achou melhor que ela ficasse em Buenos Aires por alguns dias, caso viessem buscá-la. Em Buenos Aires, Mabel recebeu um telefonema contando-lhe que Alejandro havia desaparecido em La Plata e que ela deveria ir à cidade urgentemente. Enquanto seu marido realizou alguns trâmites por meio de seus contatos na política, Mabel decidiu ficar em Buenos Aires e dedicar-se à busca por seu filho. Ela conta que Alejandro já havia lhe falado duas vezes sobre a existência de *Familiares*: “*Me había dicho que había personas que reclamaban por los presos y los desaparecidos, no sabes la fuerza que tiene esos viejos, las viejas*”. Até que um dia ela encontrou uma matéria paga em um jornal deste organismo, convidando para uma missa, onde constava o endereço de sua sede. Mabel entrou então “de cabeça” em *Familiares*, dedicando-se a organizar o arquivo de denúncias, baseando-se em um sistema novo de catalogação da Unesco (Mabel Gutiérrez, 2001).

O relato de Mabel trouxe ainda uma questão que foi recorrente nas entrevistas de mães de desaparecidos que participaram de *Familiares* a partir de 1977: a escolha entre militar neste organismo, em *Madres de Plaza de Mayo*, ou em ambos. Formado em 30 de abril de 1977, data em que realizaram sua primeira ronda na Praça de Maio, este organismo reuniu mães de desaparecidos que em sua maioria se conheceram durante suas buscas individuais e começaram a juntar-se para trocar informações. Algumas delas participavam regularmente das reuniões promovidas na sede da LADH, mas não se incorporaram a *Familiares*, por desconfianças da influência do PCA, de que se politizaria a demanda pelos desaparecidos ou que seriam impostos os pontos de vista de familiares com experiências de militância. As *Madres* começaram então a se formar como um grupo paralelo a *Familiares* (Gorini, 2006; Casola, 2010).

Em alguns casos, o surgimento de *Madres* fez com que as mães de desaparecidos

se unissem a este grupo novo, enquanto os homens continuaram militando em *Familiares*, como aconteceu, por exemplo, com Julio e Irma Morresi. Encontramos ainda três relatos de mães de desaparecidos que conciliaram sua participação nos dois organismos durante a ditadura. Uma delas é Elia Espen, mãe de Hugo Orlando Miedan, sequestrado em 18 de fevereiro de 1977 por um “grupo de tarefas” do *Club Atlético*. Ao apresentar o primeiro *habeas corpus* por Hugo, Elia conheceu no tribunal “uma senhora que era de *Familiares*”, com quem compartilhou o que ocorrera com Hugo e que lhe deu o endereço deste organismo. Elia começou então a ir às reuniões e a participar das mobilizações. Em paralelo, no Ministério do Interior, ela conheceu Azucena Villaflor de Vincenti, mãe de Néstor, desaparecido em 30 de novembro de 1976. Azucena foi a responsável por guiar as mães que se encontravam neste espaço sobre onde e como deveriam seguir denunciando e buscando. Entretanto, a aproximação de Elia do grupo de *Madres* não resultou no seu afastamento de *Familiares*. Neste organismo, continuou dedicando-se às tarefas de solidariedade com os presos políticos (Elia Espen, 2008).

Nélida Esther Bulgheroni de Díaz é a mãe de Jorge Julio Díaz, militante do PRT-ERP, assassinado em 5 de dezembro de 1974 pela Aliança Anticomunista Argentina, a *Triple A*, e de María Beatriz Díaz, desaparecida em 5 de março de 1976. A aproximação de Nélida dos organismos de direitos humanos se deu através dos vínculos de seu marido com Emilio Mignone e sua esposa, Chela Mignone, que reuniam algumas mães de desaparecidos em seu apartamento.¹² A partir deste grupo, ela começou a participar de reuniões de igrejas e a frequentar as rondas da Praça de Maio, onde se conectou com o grupo de Azucena Villaflor. Em paralelo, Nélida também participou das atividades de *Familiares*, sobretudo quando as rondas foram proibidas pela polícia, deixando as *madres* sem um lugar “onde estar” (Nélida Esther Bulgheroni de Díaz, 2001).

Já Camila Isidoro Grego de Castello realizou o caminho inverso: ela primeiro foi à Praça de Maio e, através das *Madres*, conheceu *Familiares*, organismo com o qual terminou se vinculando. Camila é a mãe de Marcelo Aníbal Castello, militante da *Juventud Trabajadora Peronista* (JTP), sequestrado em 4 de fevereiro de 1977, ao sair de uma reunião sindical. Quando ficou sabendo do desaparecimento de Marcelo, ela conta que sentiu um “desespero” total, mas a esperança de que “duraria pouco tempo” e que ele “ia aparecer”, fizeram com que ela militasse “mais que nunca”. Antes do ocorrido, Camila não tinha militado em partidos políticos, mas tinha participado de trabalhos solidários no bairro de *La Boca* em grupos ligados à Igreja Metodista que ela frequentava. Um companheiro de Marcelo foi quem lhe aconselhou a ir à Praça de Maio. Ela começou então a militar com *Madres*, mas, depois de frequentar “quantas reuniões houvesse sobre desaparecidos”, terminou vinculando-se a *Familiares*. Entretanto, Camila não deixou de participar das rondas na Praça de Maio, coisa que para ela não era difícil devido ao seu entusiasmo com a militância em direitos humanos

¹² Emilio e Chela Mignone são os pais de Monica Mignone, sequestrada por um “grupo de tarefas” da ESMA em 14 de maio de 1976.

(Camila Isidoro Crego de Castello, 2001).

Durante a última ditadura, era comum a circulação das pessoas entre mais de um organismo. Esta circulação permitia a troca de informação e o compartilhamento de estratégias de denúncia e de interpelação das autoridades e da sociedade civil. Permitia ainda aos familiares um aprendizado da natureza do desaparecimento forçado de pessoas e do caminho a se seguir para questionar as políticas de silêncio e de negação que os impedia de ter informações sobre o paradeiro de seus entes queridos. Leopolda Barsotini de Segalli, por exemplo, como apontamos anteriormente, havia participado das reuniões da “Comissão de familiares” em 1976, quando seu filho e sua nora se encontravam presos. Em fevereiro de 1978, o nome de Guillermo foi publicado em uma lista de pessoas que saíam em liberdade, porém, ele desapareceu antes de sair da U-9 de La Plata. A partir desse momento, o que era uma participação esporádica em reuniões, tornou-se para ela uma militância de tempo integral pelos direitos humanos. Esta militância incluía a sua circulação por distintos organismos, atrás de “informações novas”:

Yo además de los Familiares, pasaba por la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, por el MEDH, por el CELS, porque en algún lado siempre había una noticia distinta, nueva, y entonces era como que necesitaba uno saber qué estaba pasado, a quién le estaba pasando algo, qué pasaba, así que eso fue por lo menos los primeros cuatro o cinco meses. (Leopolda Barsnottini de Segalli, 2001).

A circulação entre os organismos permitiu ainda aos familiares de desaparecidos escolher com qual espaço eles colaborariam. No caso de Tilsa Albani, a escolha por *Familiares* foi fruto do seu entendimento de que, apesar das diferentes origens políticas dos familiares que participavam deste espaço, estas diferenças não atrapalhavam o que todos tinham em comum: a busca por desaparecidos. Além disso, não havia internamente questões com os vínculos políticos de cada desaparecido antes do seu sequestro. Seu filho, Daniel Crosta, era militante de *Montoneros*, e desapareceu em 14 de setembro de 1979. Tilsa percorreu os mesmos espaços pelos quais circularam os familiares em busca de informação pelas pessoas desaparecidas, incluindo as organizações de direitos humanos. Como era advogada, ela inicialmente foi convidada para integrar a LADH e a APDH. Entretanto, como *Familiares* lhe pareceu mais “organizado”, com “reuniões mais produtivas”, ela optou por integrar-se a este espaço (Tilsa Albani, 2010).

Nos testemunhos consultados no Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, é possível notar um esforço discursivo em diferenciar *Familiares* das *Madres de Plaza de Mayo*, demarcando, assim, uma diferenciação entre os organismos de “afetados”. Cata Guagnini, por exemplo, afirma em seu testemunho que havia uma diferença entre as duas organizações, pois *Familiares* realizaram tarefas específicas com presos e presas políticas, para além das ações realizadas em relação aos desaparecidos, enquanto as *Madres*, em suas palavras, “no aceptaron nunca a los presos, decían que los presos tenían

la suerte que las madres los podían ver” (Catalina Silvia Raymundo de Guagnini, 2001). Já Mabel afirma que a relação entre as *Madres* e *Familiares* “não era fácil”, apesar do esforço de sempre fazer ações conjuntas. Para Mabel, um dos motivos era o fato de que em *Familiares* todos eram mais politizados, vinham de uma militância política prévia e tinham ideologias pessoais claras, diferentemente das *Madres*. Em seu testemunho, ela também afirma a defesa dos presos políticos como um dos pontos de debate entre os dois organismos, devido às acusações implícitas de algumas *Madres* de que “por algo será” que eles se encontravam presos, enquanto seus filhos estavam desaparecidos (Mabel Gutiérrez, 2001).

Considerações finais

Uma prática recorrente nas entrevistas do Arquivo Oral do *Memoria Abierta* é a reflexão por parte dos entrevistados de suas práticas como testemunhas, relacionando-as com os contextos de produção e as condições sociais que tornaram seus relatos comunicáveis (Messina, 2012). Tilsa Albani, por exemplo, aponta que, apesar de terem testemunhado em distintas ocasiões, apenas “recentemente”, referindo-se ao contexto de sua entrevista realizada em 2010, alguns deles encontraram um “contexto adequado” para “começar a contar coisas”:

Nos ha pasado a muchos familiares que recién después de muchos años, nos abrimos en un marco adecuado y empezamos a contar cosas. Pero mientras tanto era cómo relatar los hechos y los conocíamos, o relatar los primeros acontecimientos y los trámites que hacíamos, y ahora vemos que no, [...] en otro marco ahora la gente empieza a rememorar y empieza a rescatar la emoción, los sentimientos que provocan los recuerdos, que antes nosotros los negábamos. Pienso que, hasta una cosa defensiva para poder seguir enteros, digamos, la lucha era muy desigual y entonces teníamos que abroquelarnos en una cosa de fortaleza, que seguramente no teníamos, pero había que hacerlo. (Tilsa Albani, 2010).

De modo geral, na Argentina, os testemunhos dos familiares se relacionaram às possibilidades de denunciar a violação dos direitos de seus entes queridos detidos ou sequestrados, sobretudo os casos de desaparecimento (Catela, 2001). Estes testemunhos em formato de denúncias eram formados por uma história familiar que se iniciava com a quebra da cotidianidade devido à irrupção da violência com o sequestro ou a detenção; seguia com uma descrição dos detalhes das distintas gestões e averiguações realizadas em suas buscas e nos rumores e versões com as quais os familiares se encontravam; e finalizava com a denúncia da falta de informações sobre o destino final da pessoa desaparecida e acusações sobre possíveis responsabilidades pelos desaparecimentos.

Esta estrutura narrativa se conformou por meio dos formulários de denúncia adotados pelos organismos de direitos humanos, em diálogo com os discursos e representações que circulavam nas redes transnacionais de denúncia humanitária, e circulou com o final da ditadura em distintos espaços, como a investigação da Conadep, a Justiça e as iniciativas de homenagens aos desaparecidos. A sua produção se pautava principalmente na restituição da identidade do familiar desaparecido, negada pela prática clandestina e anônima dos desaparecimentos.

Nos espaços e contextos de produção de testemunhos que precederam a constituição do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, não havia a proposta de recuperar e registrar outras experiências que marcaram os processos subjetivos dos familiares de desaparecidos, para além daquelas que serviam para aportar elementos para denunciar os desaparecimentos. Como apontou Tilsa Albani em seu testemunho, eram relatos nos quais os familiares buscavam silenciar suas emoções e sentimentos, ressaltando: “*hasta una cosa defensiva para poder seguir enteros, digamos, la lucha era muy desigual y entonces teníamos que abroquelarnos en una cosa de fortaleza, que seguramente no teníamos, pero había que hacerlo*” (Tilisa Albani, 2010). Consequentemente, os relatos sobre as suas militâncias nos organismos de direitos humanos – os conflitos, as tensões, os medos e os sentimentos provocados a partir do momento em que fizeram esta escolha –, foram silenciados, trazendo à tona apenas detalhes sobre suas trajetórias de busca. Estes demonstravam as políticas de silêncio e de negação perpetuadas pelas Forças Armadas e por amplos setores da sociedade civil; e que o crime do desaparecimento não se terminava após o sequestro de um ser querido: ele se perpetuava na falta de respostas.

Por esse motivo, os testemunhos produzidos pelo Arquivo Oral do *Memoria Abierta* são fontes importantes para os estudos das formas de militância pelos direitos humanos. Por se interessar pelas experiências individuais e coletivas dos sujeitos entrevistados, para além dos relatos sobre as experiências de violências sofridas por eles e por seus familiares mortos e desaparecidos, estas entrevistas trazem um espaço de emergência da agência das pessoas entrevistadas, tanto nas suas possibilidades de escolhas sobre o que contar e o que silenciar no seu testemunho, como no reconhecimento das suas possibilidades de ação durante a última ditadura.

A partir das entrevistas analisadas, podemos, então, afirmar que ser um familiar de desaparecido ou de um preso político e tornar-se um militante pelos direitos humanos não foi uma resposta natural a uma violência sofrida, mas um processo que deve ser analisado considerando-se as transformações subjetivas resultantes das formas que determinados contextos históricos influíram na vida destes sujeitos – particularmente o golpe de Estado e os desaparecimentos –; assim como as suas perspectivas, expectativas e estratégias diante deles. Por entender a militância pelos direitos humanos como uma escolha, ao invés de neutralizá-la, reconhecemos o lugar da agência dos sujeitos que fizeram esta opção entre outras possíveis, ressaltando elementos como: sua capacidade de ação; suas estratégias de sobrevivência, resistência e negociação; suas possibilidades

de sair do lugar de vítima e de assujeitamento almejadas pelas práticas de uma ditadura; e sua capacidade de criar projetos coletivos e formas de fazer política, modificar as fronteiras entre o público e o privado, produzir verdades distintas sobre as modalidades repressivas e suas vítimas.

Além disso, a militância nos organismos de direitos humanos na Argentina renovou o imaginário político e cultural em relação à “cultura dos direitos humanos” em expansão nas redes transnacionais de ativismo humanitário na década de 1970. Essa renovação foi consequência dos usos que os sujeitos fizeram das linguagens e práticas então disponíveis sobre os direitos humanos, adaptando-as à realidade concreta da Argentina durante a última ditadura e à urgência de produzir repertórios próprios que dessem conta das novidades e das incertezas resultantes da adoção do desaparecimento como principal modalidade repressiva.

No caso dos testemunhos aqui analisados, a agência das pessoas entrevistadas surge na sua explicação de como ocorreu o seu processo de politização e de militância em um organismo de direitos humanos. Este processo envolveu uma série de escolhas: entre se silenciar ou percorrer distintos espaços na busca de informação; entre se afastar dos organismos ou participar ativamente; entre concentrar-se nas questões domésticas e familiares ou envolver-se em um espaço de atuação coletiva; entre deixar-se levar pelo medo e pelas intimidações das forças de segurança ou arriscar-se participando de ações coletivas; entre se tornar uma *Madre de Plaza de Mayo* ou vincular-se a *Familiares*.

Em seu testemunho para o Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, quando questionada sobre como era o dia a dia em *Familiares* quando ela conheceu o organismo, Mabel Gutiérrez afirma que eles passavam a vida inventando coisas para fazer (Mabel Gutiérrez, 2001). De acordo com Sofia Tiscorna (2008), os organismos de direitos humanos não são “fundados” nem criados”: é por meio da singular ação política de seus militantes que produzem uma identidade própria. No caso de *Familiares*, a capacidade de “inventar coisas para fazer” durante a última ditadura, apontada por Mabel, foi o que o diferenciou de outros organismos que atuavam a favor dos desaparecidos. Além disso, a frase demonstra o reconhecimento de uma mãe de um desaparecido de que, apesar da dor e perda, ela foi capaz de produzir os seus próprios projetos e a sua ação política ao se tornar militante de um organismo de direitos humanos.

Referências

AGUILA, Gabriela. Testemunhas e vizinhos: a ditadura na Grande Rosário (Argentina). In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 597-613.

AGUILA, Gabriela. La represión en la historia reciente argentina: fases, dispositivos y dinámicas

regionales. In: ÁGUILA, Gabriela; ALONSO, Luciano (Comp.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013. p. 97-121.

ALONSO, Luciano. Razones, modos y efectos de una historia del movimiento por los Derechos Humanos. In: CERNADAS, Jorge; LVOVICH, Daniel (Comp.). *Historia, ¿para qué? Revisitas para una vieja pregunta*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. p. 145-164.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A construção de acervos áudio visual sobre a violência no Brasil: especificidades teóricas e possibilidades de uso. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Colóquios, n. 18, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/72777>. Acesso em: 13 out. 2021.

BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. Testimonios en archivos: nuevas perspectivas. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 15. n. 2, p. 33-49, jul./dez. 2012.

BALARDINI, Lorena. *Estrategias de producción de información de las organizaciones de derechos humanos en Argentina*. Los usos de la sistematización y la estadística en la búsqueda de verdad y justicia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UBA, Buenos Aires, 2015.

BALARDINI, Lorena, OBERLIN, Ana; SOBREDO, Laura. Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención”. In: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). *Hacer justicia: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011. p. 167-226.

BASUALDO, Guadalupe. *Movilización internacional en dictadura: la visita de la CIDH y la creación del CELS*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2019.

BONALDI, Pablo Daniel. Hijos de desaparecidos. Entre la construcción de la política y la construcción de la memoria. In: JELIN, Elizabeth; SEMPOL, Diego (Comp.). *El pasado en el futuro: los movimientos juveniles*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 143-184.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. Memoria y política en la situación de entrevista. En torno a la constitución de un archivo oral sobre Terrorismo de Estado en la Argentina. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto (Org.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI; Memoria Abierta, 2006. p. 26-37.

CASOLA, Natalia. Cuando lo ‘nuevo’ es tan ‘viejo’ como ‘nuevo’ lo ‘viejo’. El movimiento de derechos humanos durante la última dictadura militar en Argentina. El papel del Partido Comunista de Argentina y la Liga Argentina por los Derechos del Hombre (1976-1983). *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 137-155, jul./dez. 2010.

CASOLA, Natalia; MARTUCCIO, Gustavo. A 30 años de familiares de desaparecidos y detenidos por razones Políticas. Una revisión histórica e historiográfica. JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 11., 2007, San Miguel de Tucumán. *Anais...* San Miguel de Tucumán: Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, 2007. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-108/649.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares*

de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2001.

CATOGGIO, María Soledad. Integración latinoamericana: contra la coordinación represiva y por una policía regional de los derechos humanos. El caso CLAMOR. In: FUNES, Patricia (Coord.). *Revolución, dictadura y democracia: lógicas militantes y militares en la historia argentina en el contexto latinoamericano*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2016. p. 31-57.

CRENZEL, Emilio. Hacia una historia de la memoria de la violencia y los desaparecidos en Argentina. In: MONTAÑO, Eugenia Allier; CRENZEL, Emilio (Coord.). *Las luchas por la memoria en América Latina: historia reciente y violencia política*. México: Bonilla Artigas Editores: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2015. (Pública-Memoria, 2). p. 35-62.

CRENZEL, Emilio. *A memória dos desaparecimentos na Argentina: a história política do Nunca Más*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

EISENSTAEDT, Eva. *Padres de Plaza de Mayo: memorias de una lucha silenciosa*. Buenos Aires: Marea, 2014.

FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

FLORES, Celina. *El testimonio en el archivo, voces entre el pasado y el presente a partir de la experiencia de Memoria Abierta*. 2017. Disponível em: <http://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2017/12/3a.-Celina-Flores.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

FRANCO, Marina. Do terrorismo de Estado à violência estatal: problemas históricos e historiográficos no caso argentino. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Dictaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 61-82.

FRANCO, Marina. *El final del silencio: dictadura, sociedad y derechos humanos en la transición: Argentina, 1979-1983*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2018.

GALANTE, Diego. *El Juicio a las Juntas: discursos entre política y justicia en la transición argentina*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2019. (Entre los libros de la buena memoria, 15).

GARAÑO, Santiago. Notas sobre el concepto de Estado terrorista. *Question/Cuestión*, Buenos Aires, v. 1, n. 61, 2019.

GARAÑO, Santiago. *Memorias de la prisión política durante el terrorismo de Estado en la Argentina (1974-1983)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2020. (Entre los libros de la buena memoria, 21).

GONZÁLEZ TIZÓN, Rodrigo. “Los desaparecidos empiezan a hablar”: una aproximación histórica a la producción testimonial de los sobrevivientes de la dictadura argentina desde el exilio (1976-1983). *Páginas*, Rosario, v. 13, n. 31, jan./abr. 2021.

GUGLIELMUCCI, Ana. *La consagración de la memoria: una etnografía acerca de la institucionalización del recuerdo sobre los crímenes del terrorismo de Estado en la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2013.

KOTLER, Rubén Isidoro. Tiempo y relato en los testimonios de activistas del movimiento de DDHH en Argentina. *Historia, Voces y Memoria*, Buenos Aires, n. 12, p. 19-29, 2018.

JELIN, Elizabeth. La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina. In: ACUÑA, Carlos *et al.* (Org.). *Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995. p. 101-146.

JELIN, Elizabeth. Militantes y combatientes en la historia de las memorias: silencios, denuncias y reivindicaciones. In: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne (Ed.). *Topografías conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 43-61.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana (Comp.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

JENSEN, Silvina. *Los exiliados: la lucha por los derechos humanos durante la dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

LAMPASONA, Julieta. *Entre la desaparición y la (re-) aparición: un análisis de las inscripciones biográficas de la experiencia de la (propia) desaparición en los sobrevivientes de los Centros Clandestinos de Detención en la Argentina*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UBA, Buenos Aires, 2017.

LORENZ, Federico Guillermo. ¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In: JELIN, Elizabeth. (Org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 53-100.

MEMORIA ABIERTA. *Abogados, derecho y política*. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2010.

MESSINA, Luciana. Reflexiones en torno a la práctica testimonial sobre la experiencia concentracionaria en Argentina. *Sociedad y Economía*, Cali, n. 23, p. 37-58, 2012.

NAFTAL, Alejandra; CARNOVALE, Vera. La construcción del Archivo Oral de Memoria Abierta. *Cambios y Permanencias*, Bucaramanga, n. 6, 2015. Disponible em: <http://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/7250/7498>. Acceso em: 20 jun. 2022.

PANIZO, Laura Marina. Ausencia y desaparición: el caso de los desaparecidos de la última dictadura militar en Argentina. *Argos*, Caracas, v. 29, n. 57, p. 94-125, 2012.

POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006. p. 53-112.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POZZI, Pablo. Historia oral: repensar la historia. In: NECOECHEA GARCÍA, Gerardo; POZZI, Pablo (Comp.). *Cuéntame cómo fue: introducción a la historia oral*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008. p. 3-9.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.
- SANJURJO, Liliana. *Sangue, identidade e verdade: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- SCOCCO, Marianela. Las potencialidades de la Historia Oral para estudiar el movimiento de derechos humanos. *Testimonios*, ano 6, n. 6, p. 52-70, 2017.
- SOLIS, Ana Carol. De las comisiones a los organismos en Córdoba: derechos humanos, dictadura y democratización. In: KOTLER, Rubén Isidoro (Coord.). *En el país del sí me acuerdo: los orígenes nacionales e internacionales del movimiento de derechos humanos argentino: de la dictadura a la transición democrática*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2014. p. 129-156.
- TAHIR, Nadia. *Les associations de victimes de la dictadura: politiques de droits de l'homme et devoir de mémoire en Argentine (1976-2007)*. Tese (Doutorado em Études Romanes Espagnoles) – Université Paris-Sorbonne, École Doctorale IV: civilisations, cultures, littératures et sociétés, CRIMIC - Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains (XIXème-XXIème), Paris, 2011.
- TISCORNA, Sofía. *Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales: el caso Walter Bulacio*. Buenos Aires: Del Puerto: CELS, 2008.
- VALDÉZ, Patricia. Tiempo Óptimo para la memoria. In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia Gabriela (Org.). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Al Margen, 2001. p. 63-82
- VECCHIOLI, Virginia. “La nación como familia”: metáforas políticas en el movimiento argentino por los derechos humanos. In: FREDERIC, Sabina; SOPRANO, Germán (Comp.). *Cultura y política en etnografías sobre la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005. p. 241-270.
- VEIGA, Raúl. *Las organizaciones de derechos humanos*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- VISACOVSKY, Sergio. El temor a escribir sobre historias sagradas. Memoria social, moralidad política y audiencias nativas en la Argentina. In: FREDERIC, Sabina; SOPRANO, Germán (Comp.). *Cultura y política en etnografías sobre la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005. p. 271-313.

Fontes orais

- ALBANI, Tilsa. [2010]. Entrevistador: Memoria Abierta. Buenos Aires, 2010.
- BOITANO, Angela Catali “Lita” Paolín de. [2001]. Entrevistador: Memoria Abierta. Buenos Aires, 2001.

- CASTELLO, Camila Isidoro Crego de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- CRISTINA, Antonia Álvarez de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- DÍAZ, Haydeé Eloísa Velazco de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- DÍAZ, Nélica Esther Bulgheroni de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- ESPEN, Elia. [2008]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2008.
- GUAGNINI, Catalina Silvia Raymundo de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- GUTIÉRREZ, Mabel. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- ISRAEL, Enrique. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- LOIS, Graciela Palacio. [2015]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires 2015.
- MORRESI, Julio. [2002]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2002.
- ORFANÓ, Lilian Amparo Jons de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- SANTORO, Emilia Santoro. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- SEGALLI, Leopolda Barsnottini de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- STEIMBERG, Sara Ludmer de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.
- WILLMAN, Alicia Martini de. [2001]. Entrevistador: *Memoria Abierta*. Buenos Aires, 2001.

Recebido em 25/10/2021

Aprovado em 23/01/2022

Fonte de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Auxílio à pesquisa.